

Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (49)

Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos (2)

Criado em 1927, com o fim de construir uma levada, que transportando águas desde o norte da ilha, pudesse irrigar o concelho de Câmara de Lobos, o Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos, seria confrontado com dificuldades várias, que acabariam por inviabilizar o projecto. Contudo, o objectivo que levou à sua criação, viria a ser concretizado, através da construção da levada do norte, sob a responsabilidade da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (C.A.A.H.M.). Depois de vários anos de luta, o sindicato agrícola de Câmara de Lobos seria extinto a 9 de Maio de 1948, não sem antes, por via da legislação, ter havido uma tentativa de o integrar num grémio a ser criado no concelho e de, posteriormente, se ter transformado em Associação de Regantes e Beneficiários do Concelho de Câmara de Lobos e depois em Cooperativa Agrícola dos Campos de Regadio de Câmara de Lobos.

Em 2 de Julho de 1939, perante um ofício da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e a obrigatoriedade de deliberar sobre a integração ou não dos sindicatos agrícolas nos novos Grémios da Lavoura, a serem criados em cada concelho, os sócios do sindicato, numa altura em que parecia estar para breve a autorização para que se iniciassem os trabalhos da levada, deliberaram a sua integração no Grémio da Lavoura do concelho de Câmara de Lobos, que se haveria de constituir.

Contudo, esta integração nunca se concretizaria e, em vez dela, os sócios do sindicato, seriam obrigados a se transformarem em Associação de Regantes e Beneficiá-

rios do Concelho de Câmara de Lobos. Efectivamente, em Setembro de 1939, o sindicato é informado da determinação do Ministro da Agricultura, veiculada, por despacho de 4 de Setembro desse ano, no sentido de ter de proceder a uma revisão dos seus estatutos, de forma a harmonizá-los com os princípios estabelecidos no Decreto 29.653 de 16 de Maio de 1938, devendo também passar a denominar-se de Associação de Regantes e Beneficiários de Câmara de Lobos.

Com este objectivo, os sócios do sindicato, reuniram-se no dia 30 de Junho de 1940, em assembleia geral extraordinária, e aprovaram por unanimidade o projecto dos novos estatutos e denominação. Contudo, apesar de, conforme noticiou O Jornal em 27 de Julho de 1940, terem os novos estatutos seguido para Lisboa, afim de serem submetidos à aprovação superior, a situação foi-se amastando e, em Maio de 1943, ainda os novos estatutos não haviam merecido aprovação superior, o que só ficaria esclarecida no mês seguinte. Reunidos, em assembleia geral, no dia 20 de Junho, os sócios, na sequência de directrizes entretanto recebidas da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, deliberaram sobre a transformação do sindicato, já não em Associação de Regantes, mas em Cooperativa Agrícola dos Campos de Regadio de Câmara de Lobos, conforme despacho ministerial de 10 de Dezembro de 1941 (15).

A C.A.A.H.M. assume iniciativa do sindicato

Em 2 de Maio de 1943, os sócios do sindicato são colocados ao corrente da aprovação, por parte do governo, de um relatório elaborado por uma missão técnica que se havia deslocado à Madeira para tratar de assuntos hidroeléctricos e que iria ser encarregada uma entidade para dar execução às respectivas obras e sensivelmente, a partir desta data, e até 1947, o sindicato entrou num período de completa inactividade. O sindicato havia afinal sido ultrapassado no objectivo porque durante tantos anos havia lutado.

Efectivamente, na sequência do estudo elaborado, por essa missão técnica, surgiria o projecto da levada do norte, da autoria do arqui-



Dr. João Artur Soares Henriques

tecto Amaro da Costa, objectivo que havia estado por detrás da constituição do sindicato, e cuja execução estaria integralmente a cargo do governo.

A venda de direitos sobre as águas

No dia 3 de Agosto de 1947, na sequência de um ofício remetido à Cooperativa pela Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (C.A.A.H.M.), datado de 24 de Junho, realizou-se uma assembleia geral para informar os sócios da intenção desta Comissão em comprar à Cooperativa todos os direitos adquiridos sobre as águas e previstos no alvará de 12 de Novembro de 1927, pagando simultaneamente, o projecto e algumas verbas já adiantadas.

Após uma contestação inicial, devido ao baixo valor atribuído ao projecto, 41.000\$00, (valor oficial que não foi da responsabilidade da C.A.A.H.M.), foi decidido dar plenos poderes ao presidente da Direcção, Dr. João Artur Soares Henriques para assinar o acordo entre o Sindicato e a C.A.A.H.M. para a cedência dos direitos que aquele detinha nas águas concedidas.

Autorizado pela assembleia geral, o presidente do Sindicato, Dr. João Artur Soares Henriques, assinava, em 12 de Agosto de 1947, o acordo amigável entre a associação que representava e a C.A.A.H.M., cedendo todos

os direitos adquiridos ao aproveitamento das águas das ribeiras do Inferno, Malhada e Partilha, pela importância de 93.434\$46. Este valor apresentado pelo Sindicato, decorria da quantia de 86.434\$46, onde eram incluídos juros de cinco anos, à taxa de 5% e mais a dívida a João Ricardo Ferreira César, no total de 7.000\$00.

Este acordo foi homologado pelo Ministro das Obras Públicas, em 12 de Setembro seguinte, tendo o pagamento ao Sindicato tido lugar no dia 7 de Novembro de 1947. Desse modo, terminava o Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos a sua pretensão de transportar águas do norte da ilha para regadio de terrenos do sul.

A extinção do sindicato

Cerca de um ano depois, no dia 9 de Maio de 1948, nova assembleia geral do Sindicato é convocada. Desta vez para o dissolver, pois não se justificava perpetuar a sua continuidade por os objectivos que tinham estado na base da sua criação estarem ultrapassados e o Sindicato não ter mais qualquer outra finalidade no campo para que fora constituído.

Deste modo, foi nomeada uma comissão liquidatária composta pelo presidente da assembleia geral e pelos presidente e tesoureiro da Direcção, respectivamente, padre António Pinto da Silva, Dr. João Artur Soares Henriques e

João Ricardo Ferreira César. Ficou aprovado pelos sócios presentes que pagas as dívidas, o saldo sobranter seria entregue à Escola de Artes e Ofícios.

No dia 4 de Julho seguinte, foi realizada a última assembleia geral do Sindicato para proceder ao exame das contas apresentadas pela comissão liquidatária. Das importâncias recebidas, deduzida a longa lista de pagamentos; restou um saldo de 3.623\$70, que foi entregue, como estava deliberado à Escola, atrás citada.

Nesse dia 4 de Julho de 1948, morreu definitivamente, o Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos, criado no velho sonho madeirense de aproveitar as águas do norte da ilha para regar o sul. Mas a ideia, concretizada de outro modo, teve a sua realização.

Inauguração da levada do norte

No dia 1 de Junho de 1952, inaugurava-se a Levada do Norte, concretizado-se, assim, um velho sonho das populações de Câmara de Lobos e que consistia na captação e aproveitamento das águas do norte da ilha, ideia que já tinha conduzido a, pelo menos duas tentativas anteriores, para a sua concretização: uma feita em 1924, pela firma Francisco Figueira Ferraz e outra protagonizada pelo Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos (16).

Em relação a estas iniciativas não poderemos deixar de referir o papel, a todos os títulos meritório, desempenhado pelo Dr. João Artur Soares Henriques e por João Ricardo Ferreira César, cuja biografia tivemos oportunidade de publicar na edição do Jornal da Madeira de 1 de Novembro de 1998. Aliás, talvez pelo seu papel em prol da irrigação do concelho de Câmara de Lobos, é que, na sessão camarária de 2 de Setembro de 1993, é presente uma proposta de Francisco R. Brito de Sousa, no sentido de homenagear estas duas figuras, dando o nome do Dr. João Artur Soares Henriques ao caminho das Preces e o nome do João Ricardo Ferreira César ao caminho da Ribeira da Alforra e Fonte Garcia. Enquanto que, João Ferreira César viria posteriormente, por deliberação camarária de 22 de Maio de 1997 a ver o seu nome na toponímia

camaralobense, já o Dr. João Artur Soares Henriques não teria a mesma sorte.

Dr. João Artur Soares Henriques

Natural da freguesia de Câmara de Lobos onde nasceu a 1 de Fevereiro de 1872 e onde viria a falecer, aos 84 anos, a 6 de Dezembro de 1956. Era filho de Luís Soares de Sousa Henriques, natural de Câmara de Lobos e de Caetana Maria Gonçalves, natural do Campanário. Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal onde conduziu o curso de medicina, em 1896, tendo nesse mesmo ano assumido o cargo de facultativo do concelho de Câmara de Lobos, onde viria a ocupar depois funções de médico municipal e também de sub-delegado e delegado de saúde. Por viver e ter consultório no sítio das Preces, em Câmara de Lobos, era mais conhecido pelo Doutor das Preces.

Após a criação do Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos e até a sua dissolução exerceu o cargo de presidente da sua direcção, tendo sido, juntamente com João Ferreira César, os dois únicos sócios que, durante a existência desta associação tiveram presença permanente, em todos os corpos sociais. Revelou-se um cuidadoso negociador quando tratou, junto da Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira a cedência dos Direitos do Sindicato, a este organismo, convencido que a sua associação nunca mais conseguiria realizar, de modo aceitável, os seus propósitos.

Foi casado com Maria Isabel de França Jardim, de quem houve três filhos: Luís Jardim Soares Henriques; Maria Julieta Jardim Soares Henriques que viria a casar com João Zacarias de Freitas e o eng. agrónomo João Jardim Soares Henriques, casado com Maria Alvares Vasques Rego Soares Henriques e que foi director da Escola Prática de Agricultura D. Dinis, de Paia. ■

Manuel Pedro Freitas
Colaboração de Rui Santos

NOTAS:

(15) Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Agrícola do Concelho de Câmara de Lobos, sessão do dia 20 de Junho de 1943.

(16) Jornal da Madeira, Funchal, 01.06.1952.